

## **FEMINISMO E A ESQUERDA NA DITADURA MILITAR: AS MENINAS DE IBIÚNA, MILITANTES E OPRIMIDAS**

Priscila Fernanda da Costa Garcia  
Prof. Renata Cristina Gonçalves dos Santos (Orientadora)

### **RESUMO**

Este projeto pretende investigar a relação entre feminismo e a “esquerda política” no Brasil durante a ditadura e seus reflexos nas militantes, a partir da análise específica do 30º Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes) realizado em Ibiúna, interior de São Paulo, em meados de outubro 1968. Busca-se compreender, no interior da militância de esquerda do período, a participação política das mulheres, quase sempre ocultas nas pesquisas que apresentam os “estudantes” como seres genéricos, frequentemente desprovidos de sexo, raça/etnia. O ponto de partida da investigação é, de um lado, o exame de algumas fichas das mais de 150 mulheres presas durante o congresso e, de outro, a realização de entrevistas com algumas daquelas mulheres. A partir da experiência do Congresso, pretende-se analisar que lugar ocuparam na estrutura organizativa e qual relação estabeleciam com os companheiros de luta e com outros setores da sociedade. Compreende-se esta relação em um momento político turbulento, às vésperas do surgimento do feminismo de segunda onda no Brasil, o qual algumas dessas mulheres contribuíram para a construção.

Palavras-chave: Feminismo, Ditadura, Movimento estudantil

O ano de 1968 foi um dos mais importantes no curto século XX. Como escreve Almeida (2007), “ao contrário do que muitos pretendiam, sob as mais diversas formas (ação política direta, novos modos de vida, inovações estéticas de vanguarda ou de massa), não se transformou o mundo, mas muita coisa mudou” (2007, p. 12). A revolução socialista estava na ordem do dia mundo afora. Aqui no Brasil também, mas o contexto era o de ditadura militar. O dia 31 de abril de 1964 marcou fim do governo de João Goulart e a instauração da ditadura, tendo vários governos, e sendo fortalecida em 1968 com o Ato Institucional 5, trouxe para o Brasil um dos principais períodos turbulentos. Inserindo a nação em uma lógica opressora e repressora que se sustentava em vários mecanismos e formas de violência para se manter.

Todavia, o 1968 brasileiro teve suas especificidades. Antunes e Ridenti, observam, por exemplo, que a atuação do movimento estudantil aqui teve suas especificidades: “o nosso movimento estudantil, deflagrado a partir de março, seguiu uma dinâmica de luta específica e um calendário político próprio, anterior ao famoso maio de 1968 na França” (2007, p. 79). Da mesma maneira, ressaltam os autores,

“as greves metalúrgicas de Osasco (região industrial na grande São Paulo, desencadeada em julho) e as greves de Contagem (região industrial na grande Belo Horizonte, Minas Gerais, deflagradas em abril e outubro do mesmo ano de 1968), encontram suas origens e raízes muito marcadas pela particularidade brasileira, em plena luta contra a ditadura militar” (ANTUNES; RIDENTI, 2007, p. 79).

Neste período, diferentes espaços e grupos que questionavam a ordem vigente se encontravam em tamanha condição de repressão, considerando a cultura, passando pela educação, chegando a movimentos políticos, ambos tiveram suas formas de atuação reprimidas. Um dos mais marcantes momentos desta repressão foi a invasão militar no Congresso

organizado pela União Nacional dos Estudantes em Ibiúna, no interior paulista, no ano de 1968. No dia 15 de outubro foi desmantelado o Congresso e todo(a) o(a)s presentes foram preso(a)s. Para Antunes e Ridenti, este ato selava a derrota do movimento estudantil brasileiro de 1968. Vários de seus integrantes concentraram suas atividades na militância política clandestina, inclusive armada, contra a ditadura (ANTUNES; RIDENTI, 2007, p. 82).

Participavam, no mesmo Congresso, cerca de 150 estudantes do sexo feminino, que também foram presas e fichadas; eram participantes do movimento estudantil de seus respectivos estados e municípios, algumas militantes de outras organizações, como a ALN (Ação Libertadora Nacional). Mas onde estavam? Por que não sabemos muito sobre elas? Haveria alguma relação com a maneira como as mulheres sempre foram vistas pelas esquerdas, ou seja com o medo de que suas bandeiras “específicas” pudessem fragmentar a luta mais “geral”?

Várias autoras feministas chamaram a atenção para isto. O movimento feminista brasileiro já surge com um paradoxo:

O feminismo brasileiro nasceu e se desenvolveu em um difícilíssimo paradoxo: ao mesmo tempo que teve de administrar as tensões entre uma perspectiva autonomista e sua profunda ligação com a luta contra a ditadura militar no Brasil, foi visto pelos integrantes desta mesma luta como um sério desvio pequeno-burguês. (PINTO, 2003, p.45)

A esquerda carrega como objetivo central romper com a ordem capitalista e havia o receio de que o movimento feminista pudesse ser um risco, visto que o próprio capitalismo se sustenta nas diferentes formas de opressão, aproveitando-se delas.

Es decir, Engels plantea que desde su origem,

las relaciones de poder entre los sexos surgen subsumidas a las contradicciones de clase de la sociedad. Este planteamiento considera la configuración de las relaciones de opresión sexual como parte intrínseca de la división del trabajo que, em su evolución hacia el capitalismo llevó a separar dos esferas o âmbitos de actividad social: la esfera pública y la esfera privada. (BRINGAS, 1986, p.70)

Desta perspectiva, o acréscimo das feministas à luta, trazia uma novidade: buscava romper também com o tradicionalismo político socialista e comunista, somando novas bandeiras. Para Moraes, o feminismo do período representava a emergência de uma potência revolucionária.

(...) Há essa implosão fragmentada, como algo diferente, mas que basicamente, e eu acho que essa expressão "anti-sistêmica" é apropriada, entendendo que houve aí uma expressão anticapitalista, antiautoritária, antimachismo, libertária. (MORAES, 2008, p.116)

A partir da experiência de Ibiúna, especificamente a das mulheres, busca-se compreender a relação entre esquerda e feminismo no Brasil, visando saber como ela acontecia, e quais foram seus desdobramentos tanto para a esquerda como para o feminismo. Mas o que foi o Congresso de Ibiúna?

### **Às vésperas de Ibiúna: ação estudantil e repressão policial**

O 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi marcado pela violência e repressão. Este ocorria no mês de outubro de 1968 (meses antes da implantação do AI-5), no sítio Murundu, próximo ao município de Ibiúna, interior de São Paulo, um dos grupos responsáveis pela organização do evento foi o UEE-SP (União Estadual dos Estudantes

de São Paulo), grupo que se aproximava de uma concepção militarista, que já se encontrava influente em outros episódios estudantis

Acompanhamos desde a “a guerra da Maria Antônia” a presença da concepção militarista do Movimento Estudantil defendida principalmente pela União Estadual dos Estudantes de São Paulo – UEE-SP –, entidade responsável também pela organização do 30º Congresso da UNE (11/10/68) (...). (VALLE, 2008, p.46)

A organização buscava realizar um evento secreto, visto que a repressão rondava de forma incisiva, mas contando com a presença de 900 pessoas e sem estruturas adequadas para tal pretensão, este objetivo não foi alcançado: a Força Pública e o DOPS invadiram o congresso, prendendo os estudantes, desde lideranças a militantes.

Organizar este tipo de evento em tais condições, frisando o local isolado, advém da conjuntura política do momento, compreendendo assim o sectarismo e clima de repressão violenta que pairava sobre os estudantes

É claro que a realização de um congresso naquelas condições – e não em um ambiente marcado pela presença de massas, como uma grande universidade – deveu-se, em grande parte, ao sectarismo que tomava conta da grande maioria de nós. Mas esta é uma explicação de caráter mais geral. Se escarafuncharmos um pouco mais, talvez descubramos um sectarismo de caráter tecnocrático que tanto se enraizou nas estruturas hierárquicas que marcam as relações sociais contemporâneas a ponto de, a semelhança com o ar que respiramos, passarem desapercibidas. (ALMEIDA, 2007, p. 16).

Anterior a este fato teve o episódio da morte do estudante Edson Luís (28/03/1968), a sexta-feira sangrenta (21/06/1968) e a “guerra da Maria Antônia” (02/10/1968).

A morte do estudante Edson Luís teve grande repercussão e marca a entrada nos anos mais duros da ditadura, o pós 68. Edson Luís era secundarista, pobre, trabalhava no restaurante universitário em que foi assassinado, tinha acabado de chegar no Rio de Janeiro. Ele apenas fazia suas refeições, quando a polícia invadiu o Calabouço, o restaurante universitário. A morte do estudante foi a primeira morte explícita, e foi a partir deste episódio que os estudantes cada vez mais começaram a utilizar das mesmas armas que o governo. A justificativa para a invasão do restaurante era de que os estudantes realizavam um protesto ilegal, ou seja, sem a permissão dos órgãos responsáveis pela segurança pública. A morte de Edson Luís causou comoção geral, o que sensibilizou a opinião pública para a luta estudantil (VALLE, 2008, p.35).

Meses depois do assassinato de Edson Luís, mais um episódio violento marca o período. No dia 21 de junho de 1968 sexta-feira, os estudantes do Rio saem em passeata para denunciar a violência da Polícia Militar, que advinha de outro dois eventos, um protesto na véspera, contra a falta de verbas e acordos do Ministério da Educação e Cultura, e na própria sexta-feira, quando da chegada dos estudantes no pátio do MEC e a recepção repressora policial. O resultado foi 28 mortos, um deles policial. O que esse momento expressa é a inquietação da população, que agora parte para o enfrentamento, revidando a violência policial (VALLE, 2008, p. 38).

A guerra da “Maria Antônia” está entre estes dois fatídicos fatos e o Congresso de Ibiúna. Os estudantes após analisarem e perceberem que as repressões nas ruas estão intensas repensam a ação estudantil, e se preparam para guardar forças e organizarem o 30º Congresso da UNE.

Alojados militarmente em algumas faculdades, a principal delas é a Faculdade de Filosofia da USP na Rua Maria Antônia, se preparam para o Congresso. Então, no dia 02/10/1968, enquanto os estudantes da faculdade de filosofia fazem pedágio para arrecadar fundos para o congresso, o CCC (Comando de Caça aos Comunistas), que estava alojado na Mackenzie, invade a faculdade de Filosofia. Os estudantes da USP revidam o CCC, que conta com o apoio da Polícia Militar, devido ao suporte bélico superior da Mackenzie e seu apoio militar, o resultado foi o assassinato de um estudante e a destruição da Faculdade de Filosofia. Este episódio repercutiu de forma negativa para os estudantes, pois começou a relacionar as ações violentas aos estudantes

Este enfoque repercute desfavoravelmente ao movimento como um todo, pois a violência é divulgada como sendo desencadeada e utilizada pelos estudantes, enquanto a polícia exerce o papel de proteção e, portanto, de manutenção da ordem. (VALLE, 2008, p. 43).

Os estudantes iniciaram suas reivindicações contra a falta de verbas, por exemplo, bandeiras específicas do movimento, aliando-as à luta antisistêmica, mas a conjuntura violenta e repressora somou às bandeiras, a luta contra a repressão e ação violenta do governo e da polícia militar. Frente à repressão violenta e incisiva projetou-se a necessidade de realizar um congresso de forma secreta, na tentativa de favorecer e assegurar o congresso.

Em um período turbulento como este, o Congresso de Ibiúna se tornou propício para a ação da polícia. Sem reação, os estudantes foram detidos e fichados, entre líderes e militantes. Entre os estudantes detidos, cerca de 140 eram mulheres, as mesmas também foram fichadas e sentiram na pele o terror do aparato repressivo do período.

## **Esquerda e mulheres de esquerda durante a ditadura**

São muitos os estudos sobre movimento estudantil no Brasil. Da mesma forma, encontramos várias pesquisas sobre o Maio de 1968, assim como o Congresso de Ibiúna. No entanto, sabemos quase nada sobre a participação das mulheres neste Congresso. Elas ficam obscurecidas por trás das menções genéricas aos estudantes. Por exemplo, o importante documento *Brasil, Nunca Mais* ao retratar os inúmeros processos contra quem se colocasse contra a ditadura, salienta que

O principal exemplo desses processos volumosos é o que foi formado após a prisão de 693 estudantes de todo o país, no dia 12 de outubro de 1968, quando se encontravam reunidos numa propriedade rural de Ibiúna (SP), na tentativa de realizar o 30º congresso da UNE. (BNM, 1985, p.136).

Os estudantes são apresentados como seres genéricos, assexuados ou representantes do sexo masculino. Esta pesquisa tem por objetivo examinar a participação política das mulheres na preparação e durante o pouco tempo de congresso de Ibiúna. Quem eram? O que faziam? Por que estavam lá? Quais eram suas funções? O que fizeram depois?

Alguns estudos revelam a presença feminina na clandestinidade e na atuação política da esquerda. São inúmeros os que relacionam esta participação com o que viria a ser o feminismo "revisitado" no Brasil. Diferentemente de outros países, aqui o feminismo surgia com uma dupla face: a das mulheres dos movimentos populares e as das mulheres que voltavam do exílio como feministas (GONÇALVES, 2009). As várias dificuldades de natureza econômica durante os anos de 1970, contribuíram para que muitas mulheres buscassem alternativas para assegurar a sobrevivência de suas famílias. Disseminaram-se pelos

grandes centros os vários grupos de mulheres que começam a se organizar contra as péssimas condições a que suas famílias são submetidas.

“(...) foram movimentos organizados não para pôr em xeque a condição de opressão da mulher, como no caso do feminismo, mas para, a partir da própria condição de dona-de-casa, esposa e mãe, intervir no mundo público. São exemplos dessas organizações os movimentos contra a carestia, os clubes de mães, o movimento pela anistia, entre muitos outros.” (PINTO, 2003, p. 43).

No outro lado desta face, assistimos ao surgimento do feminismo de segunda onda, profundamente marcado pelas experiências que as mulheres viveram no exílio, sobretudo o francês. Para além da pauta conjunta acerca da luta pela anistia aos exilados políticos, o feminismo trazia uma peculiaridade: as lutas relativas à sexualidade-corporalidade feminina ou, mais especificamente, o direito a se dispor de seu próprio corpo, além das lutas pelo divórcio, pelo direito ao aborto, pela participação das mulheres na política, etc.

A união com as mulheres dos movimentos populares possibilita várias conquistas. Como observa Maria Lygia Quartim de Moraes, a importância da participação das mulheres, não esta relacionada somente a questão de contingente para a luta, ou pela luta por creches e questões consideradas específicas das mulheres, a participação das mulheres soma à luta contra a ditadura, a luta contra o machismo, e permite repensar velhas questões morais também, desta forma, nas palavras de Moraes, o feminismo é uma expressão anticapitalista, antiautoritária, antimachismo, libertária (MORAES, 2008, p. 116).

Embora tenha havido a evidente participação feminina nos corredores da ditadura, o movimento feminista foi várias vezes questionado por parte da esquerda.

Durante la primeira década del movimiento feminista, las mujeres tuvieron que librar una árdua y abierta batalla em contra de propuestas teóricas y organizativas elaboradas desde el marxismo, que pretendia descalificar la lucha de las mujeres. Durante los primeiros años, esta reacción fue sostenida por amplios sectores de "izquierda" ubicados em organizaciones políticas y académicas. (BRINGAS, 1986, p. 70)

Em especial, no Brasil, o surgimento do movimento feminista foi turbulento. Em meio à ditadura militar, ele chegou a ser considerado como um desvio pequeno-burguês. As bandeiras "especificas das mulheres" representavam um risco para a luta central que, naquele momento, era contra o governo ditatorial. Todavia muitas barreiras começaram a ser rompidas. Por exemplo, como enfatiza Vera Soares,

As centrais sindicais e os sindicatos tiveram de se abrir à organização das trabalhadoras e incorporar questões trazidas por elas para o debate. Elas introduziram a discussão do cotidiano do trabalho, da desvalorização do salário, da segregação ocupacional, da ausência de infra-estrutura de assistência à trabalhadora gestante, da violência no local de trabalho e também das práticas sindicais que as excluem de uma participação mais ativa nos postos de decisão. (Soares, 1998, p. 41).

Mas qual a relação deste processo com as meninas de Ibiúna? Afinal quem eram as meninas de Ibiúna? É o que tentaremos responder a seguir.

## **As meninas de Ibiúna: entre fichas e fotos**

A canção de Chico Buarque, *Mulheres de Atenas*, faz referência ao exemplo daquelas mulheres... de Atenas. E qual terá sido o exemplo das mulheres-meninas de Ibiúna? Pouco se sabe a respeito delas e/ou de suas participações no Congresso. As poucas informações que pudemos colher até o momento, a partir do exame das fichas e fotos policiais de 140 mulheres detidas durante o Congresso, nos informam que a grande maioria das meninas era composta por estudantes universitárias, com exceção de três (uma que era trabalhadora – revisora de provas tipográficas -, outra estudante secundarista e a terceira estudante de especialização). A faixa etária se concentrava entre 21 e 22 anos, mas pudemos encontrar referências que iam de meninas de 18 anos a mulheres de 37 anos.

Estavam predominantemente matriculadas em cursos voltados para a educação, saúde e assistência social, uma ou outra se arriscava em campos como engenharia ou química. A maior parte das meninas cursava serviço social ou cursos da área de humanas como história, ciências sociais e filosofia. São Paulo aglutinava um grande número, mas muitas meninas se deslocaram de outros estados, como: Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Brasília e outros, sendo a maioria originária do Rio de Janeiro e da Bahia.

Muitos estudos demonstram que foi só no exterior que a que a maioria das mulheres das organizações de esquerda nos anos 60 e 70 passaram a adquirir uma consciência explicitamente “feminista”. A experiência no exílio chegou a impulsionar reflexões acerca, inclusive, do machismo no interior da esquerda. Em entrevista concedida a Ridenti (1990), uma militante enfatiza que:

Durante muito tempo eu não tive consciência de que existia uma opressão das mulheres dentro dos grupos políticos. Hoje, eu vejo que essa opressão existia muito marcada pelo tipo de estrutura de poder, pelas relações de poder que existiam nas organizações em geral (RIDENTI, 1990, s/p).

O movimento estudantil desempenhou um papel fundamental no que diz respeito à consciência política das mulheres, que forneceu, movimento relevante, visto que era dele que saíam muitos dos quadros. Do Congresso de 1966 ao de 1968, houve um aumento importante de mulheres: dos 300 delegados do Congresso em Belo Horizonte, em 1966, apenas 30 eram do sexo feminino. Em Ibiúna, já contavam em 140, sob o total de 900 congressistas. Ainda assim, se comparada à ampla maioria masculina, continuavam com uma participação limitada, algo importante a ser analisado. Considerando o processo histórico, a relação entre as esquerdas e os movimentos feministas de hoje são reflexos das tensões entre as mulheres militantes e as esquerdas de outrora, um aspecto essencial para os rumos da emancipação da classe trabalhadora que, como dizia Souza-Lobo (1991), tem dois sexos.

Ainda há muito que se desvendar sobre as Meninas de Ibiúna e sua relação com a esquerda. Boa parte do que está oculto poderá surgir com as entrevistas que pretendemos realizar e algumas já estão agendadas para os próximos dias. No entanto, o limite de inscrição deste trabalho impossibilita apresentar os resultados das entrevistas, que ficam, portanto, adiado para o momento da apresentação do trabalho, caso esta proposta de comunicação seja aprovada pelas coordenadoras do GT Feminismo e Marxismo na América Latina.

## **Bibliografia**

ALMEIDA, Lúcio Flávio de. Ibiúna, 1968: um complicado momento de um grande ano. *Mediações*, v.12, n.2, Londrina, 2007.

ANTUNES, Ricardo & RIDENTE, Marcelo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. *Mediações*, v.12, n.2, Londrina, 2007.

BRASIL NUNCA MAIS (BNM). *Um Relato para a História Brasil Nunca Mais*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985.

BRINGAS, Angeles Sánchez. *Marxismo y feminismo: mujer-trabajo*. <http://www.juridicas.unam.mx/publica/librev/rev/nuant/cont/30/cnt/cnt5.pdf>.

FERNÁNDEZ, Ana María; BELLUCCI, Mabel. *Las Mujeres en la imaginación colectiva : una historia de discriminación y resistências*. Buenos Aires: Paidós, 1992.

GIANNOTTI, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GONÇALVES, Renata; BRANCO, Carolina. O que fazíamos em maio de 1968 no Brasil. Entrevista com Maria Lygia Quartim de Moraes. *Mediações*, v.13, n.1-2, Londrina, 2008.

GONÇALVES, Renata. Sem pão e sem rosas: do feminismo marxista impulsionado pelo Maio de 1968 ao academicismo de gênero. *Lutas Sociais*, n. 21/22, São Paulo, 2009.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

REIS FILHO, Daniel Arão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

RIDENTI, Marcelo. As mulheres na política: os anos de chumbo. *Tempo Social*, v. 2, n. 2, São Paulo, 1990.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro – Artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, Angela; FARIA, Nalu. & GODINHO, Tatau. (orgs). *Mulher e política: gênero e feminismo no partido dos trabalhadores*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. A classe operária tem dois sexos. São Paulo: Brasiliense, 1991.

VALLE, Maria Ribeiro do. As representações da violência nos episódios estudantis de 1968. *Mediações*, v.13, n.1-2, Londrina, 2008.

VVAA. *Luta, substantivo feminino – mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*. São Paulo: Perseu Abramo, 2010.